

# Rio: tirando partido da dívida *Publica*

SOL GARSON BRAULE PINTO

**V**éspera de eleições municipais, os últimos dias têm sido pródigos em discussões sobre a administração das cidades. No campo federal, o esforço de consolidação do Plano Real mantém na ordem do dia a questão da administração fiscal, com destaque para o endividamento do Governo federal, de estados e municípios.

A reboque disso, colocam-se personagens de nossa política que, por ignorância ou má-fé, põem, no mesmo saco, estados e municípios com diferentes trajetórias em termos de administração financeira e confundem o eleitor que, em absoluto, não é obrigado a cultivar-se no árido terreno da contabilidade e das finanças públicas. Nesta linha, aparecem artigos escritos por ex-secretários municipais que, prefiro achar que por desconhecimento, utilizam dados de forma totalmente inadequada à finalidade almejada, confundindo reserva orçamentária (conhecida como despesa empenhada) com pagamentos de caixa e informando ao leitor, entre outras coisas, que a despesa de pessoal do município é da ordem de R\$ 600 milhões/ano. Lamentável, pois o gasto é mais do que o dobro disso (por isto, talvez, prometem tantos aumentos, enganando os servidores-eleitores).

Em seguida, candidatos e seus assessores, em coro com parlamentares locais, fazem brilhante descoberta: no município do Rio de Janeiro, a dívida cresceu, entre dezembro de 1992 e dezembro de 1995, certamente, no seu raciocínio, por conta de uma administração incompetente, e por aí vai.

Apesar de ter-me mantido ao largo da discussão política, sinto-me, nesse momento, no dever de intervir, quando nada porque há que se preservar o reconhecimento da população pela qualidade técnica da administração financeira da Cidade do Rio de Janeiro. Aliás, cabe lembrar, corroborado pela comunidade financeira internacional, que adquiriu US\$ 125 milhões em títulos emitidos este ano pelo Rio de Janeiro, primeira cidade latino-americana a aventurar-se no mercado externo. A decisão de investidores americanos, europeus e japoneses, diga-se de passagem, baseou-se no conhecimento dos mesmos dados sobre receitas, despesas e evolução do endividamento, que tanto espanto causam a nossos críticos locais. A solidez de nossa condição financeira convenceu-os a investir, mesmo sabendo ser este o último ano desta administração. Estes dados constam do "Offering Memorandum", documento do qual foram distribuídas mil cópias a investidores estrangeiros. Ao final da operação, cerca de 150 cópias já foram distribuídas aos principais jornais da cidade, instituições financeiras e Câmara dos Vereadores, entre outros.

Afinal, vamos aos fatos. A dívida do município divide-se em dois grupos: dívida com bancos (CEF, Banco do Brasil etc.) e dívida mobiliária. A dívida mobiliária compõe-se dos títulos emitidos pelo município. O funcionamento desta é mais difícil de entender. É o seguinte: a cada ano, o município emite títulos, que podem ser colocados no mercado, isto é, ele vende um "papel" para investidores, que pagam um preço por cada título. Ao final de um período, digamos quatro anos, estes investidores voltam com este papel e pedem seu resgate, ou seja, seu dinheiro de volta com juros e correção. Este é o valor ao qual os títulos são resgatados. A diferença entre o preço de emissão e de resgate são os juros pagos aos investidores. No Brasil, tanto os títulos federais como estaduais e municipais rendem juros à mesma taxa — a chamada taxa Selic. Essa taxa, em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, foi de cerca de 10% em 1993, 30% em 1994 e 27% em 1995. Seu crescimento nos últimos dois anos é resultado da implantação do Plano Real, e afetou igualmente os governos federal, estadual e municipal, cujas dívidas cresceram pela agregação desses juros ao preço de seus títulos.

Qual a diferença do município do Rio de Janeiro, em relação ao Estado do Rio de Janeiro e outros estados? Por que não se pode colocar tudo no mesmo saco? Em 1993, pouco antes de ser suspensa, pela Emenda Constitucional nº 3, a emissão de títulos novos por estados e municípios, a Prefeitura do Rio emitiu R\$ 224 milhões. Os títulos ficaram guardados em carteira, já que só seriam usados para investimentos na cidade. Quando foi anunciado o Plano Real, o município iniciou sua preparação. De início, renegociamos os contratos de obras e serviços, cujas faturas eram pagas em 30 dias, tirando de seu preço a compensação pela inflação. A elevação das taxas de juros que sucedeu à implantação do Plano Real encontrou o município com substancial volume de títulos em carteira. A renegociação dos contratos demandou um certo tempo, postergando despesas. Ou seja, os títulos que estavam em carteira foram subindo de preço, e propiciaram um maior poder de compra ao município quando foram levados a mercado. Além disso, o controle de despesas de custeio garantiu um superávit de R\$ 300 milhões anuais, em média, desde 1993. Com estes recursos, que se somam ao crescimento dos títulos que mantínhamos em carteira, é que o município está pagando os investimentos. Ou seja, tiramos o melhor proveito possível do crescimento desta dívida. E os outros, o que fizeram?

Na falta do que fazer, confundem a população, misturando conceitos de dívida e déficit. Uma dívida de R\$ 2 bilhões não significa necessariamente uma situação financeira delicada, depende do prazo e da possibilidade de rolagem. Nossa dívida mobiliária é rolada periodicamente (isto é, resgatada e recolocada simultaneamente) e a dívida contratual tem um prazo médio de nove anos. Estamos em situação financeira tão confortável quanto um mutuário do SFH que acabou de comprar um apartamento: tem uma dívida alta, mas tem 15 anos para pagá-la.

SOL GARSON BRAULE PINTO é secretária municipal de Fazenda do Rio de Janeiro.